

01. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta

- (A) de governador da Unidade da Federação.
- (B) de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (C) do Presidente da República, mediante representação popular, manifestada por apoio de partido político sem representação no Congresso Nacional.
- (D) de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (E) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.**

Comentário Prof. Tiago Correia: nos termos do artigo 60, incisos I, II e III, da Constituição Federal, as emendas constitucionais poderão ser propostas (rol taxativo): por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (e não dois terços como constou na prova); pelo Presidente da República (independentemente de qualquer condição); ou, por mais da metade das Assembleias legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros (inciso III). Questão dada em sala de aula, texto expresso da Constituição. Cuidado: nem o Governador e nem as Câmaras Municipais possuem legitimidade para propor emenda à Constituição Federal.

02. Pode(m) propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- (A) partido político sem representação no Congresso Nacional.
- (B) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.
- (C) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- (D) a Mesa da Câmara dos Deputados.**
- (E) o Procurador-Geral de Justiça.

Comentário Prof. Tiago Correia: em sala de aula, ao comentarmos o artigo 103 da Constituição, dispositivo que apresenta o rol de legitimados da ADI, ADC e ADPF, dissemos, reiteradas vezes, que a Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa do Senado Federal tinham legitimidade para propor qualquer uma das citadas ações pertencentes ao controle concentrado de constitucionalidade. E ainda fizemos um alerta: essa legitimidade não alcança a Mesa do Congresso Nacional. Ademais, o partido político tem legitimidade se contar com representação no Congresso Nacional; o Conselho Federal só se for o da OAB; a confederação sindical ou entidade de classe precisa ser de âmbito nacional (e não regional como constou); e, o Procurador Geral da República, chefe do Ministério Público da União, é a autoridade que possui legitimidade para o ajuizamento, e não o Procurador Geral de Justiça, que é o chefe do Ministério Público Estadual.

03. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) produção e consumo.
- (B) assistência jurídica e defensoria pública.
- (C) trânsito e transporte.**
- (D) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (E) educação, cultura, ensino e desporto.

Comentário Prof. Tiago Correia: outra questão comentada em sala de aula. O artigo 22 da Constituição Federal estabelece as matérias cuja normatização são de competência privativa da União. Nessa toada, o inciso XI fala em “trânsito e transporte”. Questão que cobrou, como se vê, o texto expresso da Constituição.

04. Nos termos da Constituição Federal, os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas

- (A) à execução de atividades de defesa civil.
- (B) ao patrulhamento ostensivo das vias públicas municipais.
- (C) às funções de polícia judiciária e à apuração de infrações penais.
- (D) à proteção de seus bens, serviços e instalações.**
- (E) ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública.

Comentário Prof. Tiago Correia: o artigo 144, § 8º, assinala que os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Esse tema está inserido no capítulo que trata da Segurança Pública, objeto de minuciosa abordagem nas nossas aulas.

- 05.** Quanto às garantias constitucionais e à privação da liberdade, assinale a alternativa correta.
- (A) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que a lei admitir a liberdade provisória.
 - (B) O preso será informado de seus direitos, dentre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a remoção para estabelecimento perto de sua família.
 - (C) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, exceto nos crimes inafiançáveis.
 - (D) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados no primeiro dia útil ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
 - (E) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Comentário Prof. Tiago Correia: no contexto dos direitos e garantias fundamentais, em especial os de cunho individual, o artigo 5º, inciso LXVI prevê que, ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança, dispositivo apontado em sala de aula por ocasião da abordagem do tema em comento.

- 06.** Os atos de improbidade administrativa importarão, nos termos da Constituição Federal, dentre outros,

- (A) a prisão provisória, sem direito à fiança.
- (B) a indisponibilidade dos bens.
- (C) a impossibilidade de deixar o país.
- (D) a suspensão dos direitos civis.
- (E) o pagamento de multa ao Fundo de Proteção Social.

Comentário Prof. Tiago Correia: ao tratarmos do tema Administração Pública, analisamos o disposto no artigo 37, § 4º, que preleciona as espécies de sanções aplicáveis aos agentes em caso de cometimento de improbidade administrativa (rol exemplificativo, vale registrar). Uma dessas sanções é a indisponibilidade dos bens (cobrada na alternativa B, daí ser a correta). Importa saber que, a Lei 8429 / 92, diploma normativo que regulamenta o tema, traz outras espécies sancionatórias, destacando-se que foi ela objeto de abordagem nas aulas de legislação especial.

- 07.** A respeito de ações penais contra Deputados e Senadores, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de sustação da ação criminal, não há suspensão da prescrição, que permanecerá em curso.
- (B) Somente após a posse serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) Recebendo, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que poderá sustar o andamento da ação.
- (D) As imunidades de Deputados ou Senadores não subsistirão durante o estado de sítio ou de guerra.
- (E) Desde a expedição do Diploma, não poderão ser presos, exceto pela prática de crime inafiançável.

Comentário Prof. Tiago Correia: CABE RECURSO!!! Tema amplamente abordado em sala de aula, sob a denominação “Estatuto dos Congressistas”. Dissemos que, nos termos do artigo 53, § 3º, da Constituição, “Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação”. A alternativa tida como correta, está, como se vê, incompleta, passível, no nosso sentir, de anulação. Isto porque, da forma como redigida, traduz a ideia de que, em qualquer situação, o STF, ao receber a denúncia contra deputado ou senador, dará ciência à Casa respectiva, quando, na verdade, isso só acontecerá se o crime de que é acusado o parlamentar ocorreu após a diplomação. Acaso tenha ocorrido antes, não haverá a necessidade de ciência ao Parlamento e nem a possibilidade de sustação do andamento da ação. (vide Pedro Lenza, *Direito Constitucional Esquematizado*, 2013, 17ª ed., pág. 572)

- 08.** É privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Senador.
- (C) Juiz de Direito.
- (D) Delegado de Polícia.
- (E) Deputado Federal.

Comentário Prof. Tiago Correia: quem fez o curso conosco, certamente acertou essa questão. Ora, os cargos privativos de brasileiro nato estão listados no artigo 12, § 3º, da Constituição, e dentre eles o de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o que torna a alternativa A correta.